

ÍNDICE DE QUALIDADE CONTÁBIL E FISCAL (ICF) EM MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA: DESEMPENHO DOS CINCO MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS

ACCOUNTING AND FISCAL INFORMATION QUALITY INDEX (ICF) IN MUNICIPALITIES OF RONDÔNIA: PERFORMANCE OF THE FIVE MOST POPULOUS MUNICIPALITIES

ÍNDICE DE CALIDAD CONTABLE Y FISCAL (ICF) EN LOS MUNICIPIOS DE RONDÔNIA: DESEMPEÑO DE LOS CINCO MUNICIPIOS MÁS POBLADOS



10.56238/revgeov17n1-175

Dante Matheus de Almeida dos Reis

Bacharel em Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: dantmatt123@gmail.com

Gustavo Viana de Lima

Bacharel em Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: gustavovianalima@outlook.com

Leonardo Pastorin Vieira Costa

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: leonardopvc.engamb@gmail.com

Natália Talita Araújo Nascimento

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: natalia.araujo@unir.br

RESUMO

Este estudo analisa a qualidade das informações contábeis e fiscais dos cinco municípios mais populosos de Rondônia à luz do Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), instrumento que avalia a consistência, a tempestividade e a conformidade dos dados enviados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Trata-se de pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e documental, baseada em dados referentes ao exercício de 2023, tendo como unidades de análise Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal. Os resultados indicam melhor desempenho de Ji-Paraná e pior posicionamento de Vilhena, com os demais municípios concentrados em faixa intermediária do ranking. A análise das quatro dimensões do índice revela maior homogeneidade em alguns casos e variações relevantes em outros, apontando fragilidades pontuais, especialmente nos aspectos de consistência e tempestividade, bem como diferenças no atendimento às verificações técnicas do SICONFI.



Palavras-chave: Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF). Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI). Municípios de Rondônia.

ABSTRACT

This study analyzes the quality of accounting and fiscal information of the five most populous municipalities in Rondônia through the Accounting and Fiscal Information Quality Index (ICF), an instrument that evaluates the consistency, timeliness, and compliance of the data submitted to the Brazilian Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI). The research is descriptive, with a quantitative and documentary approach, based on data from the 2023 fiscal year, and considers Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, and Cacoal as the units of analysis. The results indicate that Ji-Paraná achieved the best performance, while Vilhena ranked lowest, with the remaining municipalities clustered in an intermediate range of the ranking. The analysis of the four dimensions of the index reveals greater homogeneity in some cases and significant variation in others, pointing to specific weaknesses—particularly in consistency and timeliness—as well as differences in compliance with SICONFI's technical checks.

Keywords: Accounting and Fiscal Information Quality Index (ICF). Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI). Municipalities of Rondônia.

RESUMEN

Este estudio analiza la calidad de la información contable y fiscal de los cinco municipios más poblados de Rondônia a la luz del Índice de Calidad Contable y Fiscal (ICF), instrumento que evalúa la consistencia, la oportunidad y la conformidad de los datos enviados al Sistema Brasileño de Información Contable y Fiscal del Sector Público (SICONFI). Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo y documental, basada en datos correspondientes al ejercicio fiscal de 2023, y que considera como unidades de análisis a Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena y Cacoal. Los resultados indican un mejor desempeño de Ji-Paraná y la peor posición de Vilhena, con los demás municipios concentrados en un rango intermedio del ranking. El análisis de las cuatro dimensiones del índice revela mayor homogeneidad en algunos casos y variaciones relevantes en otros, señalando debilidades puntuales —especialmente en los aspectos de consistencia y oportunidad—, así como diferencias en el cumplimiento de las verificaciones técnicas del SICONFI.

Palabras clave: Índice de Calidad Contable y Fiscal (ICF). Sistema de Información Contable y Fiscal (SICONFI). Municípios de Rondônia.



1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública brasileira tem passado por profundas transformações, impulsionadas por demandas sociais e econômicas que exigem maior eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, o debate sobre instrumentos de avaliação da qualidade fiscal e contábil torna-se central, tendo em vista que a qualidade da informação contábil e fiscal impacta diretamente na confiança pública e no controle social (Silva; Soares; Barbosa Neto, 2025).

No Brasil, a importância do tema intensificou-se sobretudo com o estabelecimento do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Siconfi, instituído pela Portaria STN/MF nº 807, de 25 de julho de 2023. Esse ranking permite uma avaliação padronizada dos entes federativos, incentivando práticas consistentes de coleta, divulgação e correção de dados contábeis e fiscais, além de reforçar mecanismos de transparência e accountability (Tesouro Nacional, 2023; Lima et al., 2024).

A análise do desempenho fiscal e contábil dos municípios se torna ainda mais relevante diante da crescente complexidade da gestão pública em um cenário de restrições orçamentárias e pressões sociais por serviços de qualidade. De acordo com dados do IBGE (2024), cerca de 80% dos municípios brasileiros dependem majoritariamente de transferências intergovernamentais, o que evidencia a necessidade de informações contábeis precisas para garantir a sustentabilidade financeira e o equilíbrio fiscal. Nesse sentido, o uso de indicadores como o ICF representa uma alternativa eficaz para subsidiar diagnósticos e comparações entre diferentes realidades administrativas (Lima et al., 2024).

Apesar dos avanços institucionais, estudos apontam que ainda persistem desafios quanto à padronização das informações contábeis, à tempestividade dos dados divulgados e à qualificação técnica dos profissionais responsáveis pela sua produção (Machado; Pereira, 2021; Silva; Soares; Barbosa Neto, 2025). Tais limitações comprometem a comparabilidade entre os entes federativos e fragilizam os mecanismos de controle social, especialmente em municípios com maior peso populacional e econômico. Nesse contexto, torna-se relevante investigar como os municípios mais populosos de Rondônia têm se posicionado no Ranking do ICF, buscando identificar padrões, fragilidades e boas práticas.

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o desempenho dos cinco municípios mais populosos de Rondônia no Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), considerando suas particularidades socioeconômicas e institucionais?

Este estudo se justifica por sua relevância acadêmica, prática e social. Do ponto de vista acadêmico, contribui para ampliar a literatura sobre contabilidade pública e qualidade da informação fiscal, com foco em um contexto regional ainda pouco explorado. Sob a perspectiva prática, oferece subsídios aos gestores municipais e órgãos de controle ao evidenciar os pontos fortes e fragilidades da gestão fiscal nos municípios mais populosos do estado. Por fim, do ponto de vista social, o trabalho



fortalece os instrumentos de transparência e controle social, permitindo que a população acompanhe de forma mais crítica a utilização dos recursos públicos (Lima et al., 2024; Tesouro Nacional, 2023).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o desempenho dos cinco municípios mais populosos de Rondônia no Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), utilizando os dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação da capacidade dos entes federativos em atender às normas legais e aos princípios da transparência pública consolidou-se como um instrumento essencial, viabilizado pela mensuração da qualidade da informação contábil e fiscal. De acordo com Slomski (2005), a disponibilização de informações fidedignas e tempestivas fortalece a accountability e possibilita maior controle social sobre a gestão pública.

Como destacam Lopes e Martins (2005), a qualidade da informação contábil depende da relevância, da fidedignidade e da consistência dos dados disponibilizados, características fundamentais também previstas na Estrutura Conceitual das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (CFC, 2023).

2.1 ÍNDICE DE QUALIDADE CONTÁBIL E FISCAL (ICF)

Com base na Portaria/MF nº 807, de 25 de julho de 2023, fica instituído o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) (Brasil, 2023). O Ranking tem como objetivos: avaliar a qualidade e a consistência dos dados contábeis e fiscais enviados pelos entes da Federação ao Siconfi, e fomentar a transparência e a melhoria da qualidade das informações enviadas pelos entes da Federação ao Siconfi (Santos; Coronel, 2024).

O cálculo do Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) é feito com base no percentual de acertos nas “verificações” técnicas, ou seja, quanto maior o percentual de acertos que o ente obtiver, melhor será a sua classificação no ranking (Brasil, 2025). Dessa forma, as verificações são análises técnicas que retratam o cumprimento da legislação, das instruções e dos guias de preenchimento do Siconfi, bem como das regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (Barra De São Francisco, 2023).

Em sua essência, o Ranking busca pontuar as informações prestadas pelos entes federados locais com base nos conceitos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial na Estrutura Conceitual (NBC TSP EC). Esse normativo apresenta as características qualitativas da informação contábil, destacando-se, sob a perspectiva do Ranking, a tempestividade e a consistência dos dados (Lima et al., 2024).



Para o cálculo do Ranking Siconfi optou-se por uma metodologia de ranqueamento simplificada, utilizando-se do percentual de acertos dos entes nas verificações. Entidades que obtiveram pontuação superior a 95% em A; pontuação entre 85% e 95% em B; pontuação entre 75% a 85% em C; pontuação entre 65% a 75% em D; e pontuação menor que 65% em E (Goularte, 2026).

Além disso, a STN realiza verificações agrupadas em quatro dimensões: gestão da informação, informações contábeis, informações fiscais e dados de consistência entre as Informações Contábeis x Informações Fiscais (Brasil, 2025). Essas dimensões são descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões de Avaliação

Dimensão	Descritivo:
Dimensão I - Gestão da Informação	Agrupa as verificações que avaliam o desempenho do ente federativo em relação ao envio e à manutenção das informações no SICONFI. Para essa dimensão, são analisadas todas as declarações e matrizes de saldos contábeis enviadas pelos entes.
Dimensão II – Informações Contábeis	Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, consistência entre os demonstrativos. Os dados analisados são os que foram homologados por meio da Declaração de Contas Anuais (DCA) e enviados por meio da MSC de encerramento.
Dimensão III – Informações Fiscais	Agrupa as verificações que envolvem a análise dos dados fiscais contidos nas declarações, como a adequação às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a consistência entre demonstrativos, entre outras.
Dimensão IV – Informações Contábeis x Informações Fiscais	Informações Contábeis x Informações Fiscais: Verifica a igualdade de valores entre demonstrativos contábeis e fiscais diferentes, realizando o cruzamento entre esses dados.

Fonte: Adaptado de Brasil (2025).

O Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) busca evidenciar se os estados e municípios brasileiros vêm aprimorando o nível da qualidade das informações contábeis e fiscais encaminhadas ao Tesouro Nacional ao longo das edições do Ranking (Bernardo et al., 2024). Essa análise é viabilizada pela implementação do Ranking, cuja finalidade é avaliar a veracidade e a consistência das informações remetidas pelos entes federativos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) (Goularte, 2025). Assim, para compreender de forma mais ampla o funcionamento do Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), torna-se necessário examinar o próprio Siconfi, plataforma que concentra, organiza e disponibiliza essas informações.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO (SICONFI)

O Siconfi é um sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro em Tecnologia de Informação (TI) de ponta para proporcionar a almejada automação do recebimento de informações qualificadas e confiáveis (Brasil, 2025). Esse sistema tem como objetivo receber, validar, armazenar e disponibilizar informações contábeis e fiscais das entidades do setor público brasileiro (Brígido, 2023).



A consolidação do Siconfi ocorreu em resposta à necessidade de modernização e padronização do fluxo de informações contábeis e fiscais no Brasil. Com o intuito de substituir o antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), que não foi capaz de acompanhar as demandas referentes à transparência na disponibilização dos dados, além de apresentar problemas relacionados à validação e ao processamento de informações (CNMP, 2015), o sistema foi desativado em 2015. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), criou o novo sistema (Brasil, 2025).

O Siconfi é composto por duas interfaces com finalidades distintas: a área pública, de livre acesso, que permite a verificação acessível a qualquer interessado de informações contábeis do setor público brasileiro, notícias, vídeos e calendários (Brigido, 2023); e a área restrita, destinada ao envio de informações pelos entes públicos cadastrados, acessível apenas aos usuários responsáveis pelo envio das informações, que engloba as funcionalidades relacionadas à gestão do envio de informações pelo ente federativo, posteriormente disponibilizadas ao público (CNMP, 2015).

O Siconfi passou a centralizar a coleta dessas informações, com adoção progressiva da Matriz de Saldos Contábeis (MSC). A partir de 2017, passou a receber as informações no referido formato, ainda de forma facultativa, e a partir de 2018, os municípios de capitais, os estados, o Distrito Federal e a União passaram a enviar a MSC de forma obrigatória ao Siconfi, enquanto para os demais municípios o envio se tornou obrigatório em 2019 (Brasil, 2025). A MSC é uma estrutura que agrupa uma relação de contas contábeis e de informações complementares e é produzida a partir do PCASP, ou seja, é integrada ao plano de contas. Suas informações complementares correspondem aos controles de natureza orçamentária ou gerencial que permitem um controle individualizado e associado com as contas do PCASP (Machado; Theóphilo, 2020).

Em 2018, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), com o objetivo de harmonizar entendimentos e práticas entre a STN e os tribunais de contas subnacionais. A STN ressalta que o Siconfi, ao ser utilizado pelos gestores públicos brasileiros, gradualmente contribuirá para a modernização das práticas contábeis em curso no Brasil, aproximando-as daquelas em uso no mundo desenvolvido (Brasil, 2025). Nesse sentido, Slomski (2005) destaca que a consolidação de sistemas integrados de informação e a padronização dos procedimentos contábeis são fundamentais para garantir eficiência, accountability e maior comparabilidade entre entes públicos.

Assim, o Siconfi não se limita a reunir informações contábeis e fiscais, mas fornece dados que se tornam fundamentais para a análise e o monitoramento da gestão pública, reforçando seu papel como instrumento estratégico de transparência e accountability.



2.3 CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E OS DADOS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE NO SETOR PÚBLICO

Para compreender o papel do Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) na avaliação da gestão fiscal municipal, é necessário analisar a contabilidade governamental sob a perspectiva do uso de dados como ferramenta estratégica no setor público (Nascimento, 2022; Janssen et al., 2017).

A utilização de dados como instrumento de apoio à gestão pública consolidou-se como um dos pilares da tomada de decisão baseada em evidências. Segundo Janssen et al. (2017), a capacidade de coletar, processar e interpretar informações relevantes permite à administração pública aprimorar a eficiência de suas políticas, reduzir desperdícios e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. Sob essa perspectiva, a contabilidade governamental assume papel estratégico ao transformar registros contábeis em dados estruturados, capazes de subsidiar decisões administrativas, fiscais e orçamentárias, ampliando a racionalidade e a transparência da gestão pública (Nascimento, 2022).

No campo contábil e fiscal, o uso sistemático de dados possibilita avaliar o cumprimento das metas fiscais, a sustentabilidade das finanças públicas e o desempenho da gestão governamental. De acordo com Lemos e Aquino (2020), a análise integrada de receitas, despesas e resultados orçamentários contribui para a identificação de desvios, a previsão de riscos fiscais e a correção de rotas na execução orçamentária. Complementarmente, Ribeiro et al. (2023) destacam que a análise das demonstrações contábeis por meio de indicadores financeiros e orçamentários permite compreender a evolução patrimonial dos entes públicos e avaliar a eficiência e a eficácia da gestão municipal, reforçando o papel ativo da contabilidade governamental no processo decisório.

A utilidade dos dados públicos para fins de análise e controle está diretamente associada à qualidade da informação contábil e fiscal. Hendriksen e Breda (2019) ressaltam que a informação contábil deve apresentar atributos como relevância, fidedignidade, consistência e tempestividade, de modo a reduzir a assimetria informacional e subsidiar decisões eficazes. Esses atributos são igualmente enfatizados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2021), ao estabelecer que informações relevantes devem ser capazes de influenciar a avaliação de eventos passados, presentes e futuros, enquanto a fidedignidade assegura que os dados representem adequadamente a realidade econômico-financeira da entidade pública.

A transparência e a governança de dados assumem centralidade nesse contexto, uma vez que o acesso público às informações fortalece o controle social e a responsabilização dos gestores. O Tribunal de Contas da União (TCU, 2022) destaca que a divulgação clara e tempestiva de informações contábeis e fiscais permite à sociedade avaliar a conformidade da gestão pública e fomenta a confiança nas instituições. Em complemento, Freitas e Souza (2019) argumentam que a governança de dados no setor público requer processos bem definidos de padronização, segurança e interoperabilidade entre



sistemas, de modo a assegurar a integridade e a confiabilidade das informações utilizadas para fins decisórios.

No Brasil, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) constitui a principal base de dados para o acompanhamento da execução orçamentária e do cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme definição oficial, o Siconfi é a plataforma de recepção centralizada das informações contábeis, orçamentárias e fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2023). A padronização promovida pelo sistema possibilita a consolidação das contas públicas nacionais e viabiliza análises comparativas entre entes federativos, ampliando o uso dos dados contábeis como instrumento de avaliação da gestão fiscal (Lima et al., 2024).

Nesse contexto, o Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) emerge como instrumento que operacionaliza a avaliação da qualidade dos dados enviados ao Siconfi, ao mensurar aspectos como consistência, conformidade normativa e tempestividade das informações contábeis e fiscais. Estudos demonstram que municípios com melhor desempenho no ICF apresentam maior equilíbrio financeiro, responsabilidade fiscal e capacidade de cumprimento de suas obrigações legais, evidenciando a relação direta entre qualidade da informação contábil e eficiência da gestão pública (Frank; Goularte, 2025; Gomes; Silva, 2022).

2.4 CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE RONDÔNIA

De acordo com as estimativas populacionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com data de referência em 1º de julho de 2024, Rondônia possuía uma população de aproximadamente 1.746.227 habitantes, distribuídos em 52 municípios. Entre estes, destacam-se Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal, que figuram entre os mais populosos e relevantes economicamente (AROM, 2024; IBGE, 2024).

Porto Velho, capital estadual, apresenta população estimada em 514.873 habitantes e área territorial de 34.091,146 km², configurando-se como a capital brasileira com maior extensão territorial (IBGE, 2024a). A cidade é o principal centro administrativo e econômico do estado, abrigando órgãos governamentais, sedes de empresas estratégicas e infraestrutura logística relevante, como o Porto Organizado do Rio Madeira. Seu papel como polo de comércio, serviços e energia elétrica, em razão das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, reforça sua centralidade na economia estadual.

Ji-Paraná, com 139.359 habitantes, é considerada o “coração de Rondônia” devido à sua localização central e importância como polo de transporte e distribuição. O município é referência nos setores de comércio, agroindústria e serviços, contando com infraestrutura urbana consolidada e participação expressiva no PIB estadual (AROM, 2024).

Ariquemes, com 108.573 habitantes, consolidou-se como polo agropecuário e comercial na



região norte do estado. O município apresenta um PIB total de R\$ 3,2 bilhões e PIB per capita de R\$ 28,9 mil, com destaque para os setores de serviços (46,9%), administração pública (28%), indústria (14,6%) e agropecuária (10,5%) (SEPOG, 2020). Sua localização estratégica na BR-364 facilita o escoamento da produção agrícola e a integração com outros centros econômicos.

Vilhena, com população de 108.528 habitantes, é um dos mais importantes polos econômicos do Cone Sul rondoniense. Reconhecido por seu elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo maior do estado, o município apresenta economia diversificada, com forte presença de agricultura mecanizada, comércio e serviços educacionais. É também um importante ponto de ligação com o estado de Mato Grosso, desempenhando papel logístico relevante (SEPOG, 2020).

Cacoal, com aproximadamente 86.887 habitantes (IBGE, 2022), destaca-se como polo regional de saúde, educação e indústria. Conhecida como “Capital do Café” de Rondônia, sua economia combina produção agroindustrial e serviços especializados, atendendo municípios vizinhos e desempenhando papel de centralidade na microrregião (SEPOG, 2020).

2.5 DESAFIOS NA GESTÃO CONTÁBIL E FISCAL

A gestão fiscal dos municípios brasileiros enfrenta uma série de obstáculos decorrentes tanto da complexidade administrativa quanto das limitações estruturais que marcam o setor público. Segundo Pires e Gomide (2016), o desenho institucional e a capacidade estatal de implementação de políticas estão diretamente associados ao desempenho fiscal e à efetividade da gestão local. Nesse sentido, municípios de médio e grande porte, como os mais populosos de Rondônia, apresentam maior complexidade em seus processos administrativos, exigindo controles internos robustos, sistemas de monitoramento adequados e um corpo técnico qualificado para lidar com a crescente demanda por informações contábeis e fiscais.

Além dos aspectos administrativos, a literatura evidencia que os desafios fiscais estão fortemente vinculados à estrutura de financiamento dos municípios. De acordo com Rezende (2020), a dependência de transferências intergovernamentais, combinada com limitações na arrecadação própria e deficiências nos mecanismos de transparência, torna os entes locais mais suscetíveis a desequilíbrios financeiros e vulnerabilidades de governança. Assim, a magnitude populacional e econômica desses municípios impõe desafios relevantes à gestão contábil e fiscal. Entre os principais, destacam-se conforme Quadro 2.



Quadro 2 – Principais desafios relevantes à gestão contábil e fiscal

Complexidade orçamentária:	Maior número de programas, secretarias e unidades gestoras, o que aumenta a necessidade de controles internos eficientes.
Arrecadação própria:	Dependência de receitas de transferências intergovernamentais, o que pode gerar vulnerabilidade fiscal em períodos de retração econômica.
Infraestrutura de dados:	Necessidade de sistemas informatizados integrados para coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais de forma tempestiva e transparente.
Controle social:	Exigência crescente por transparência ativa e efetividade na prestação de contas, especialmente nos municípios com maior visibilidade.

Fonte: Adaptado de Pires e Gomide (2016); Rezende (2020).

De acordo com Rezende (2020), instrumentos de avaliação fiscal permitem compreender não apenas a situação financeira imediata dos entes públicos, mas também sua sustentabilidade de médio e longo prazo, contribuindo para decisões mais consistentes e transparentes.

Considerando a expressiva dimensão demográfica e econômica desses cinco municípios, sua análise detalhada oferece subsídios para compreender como diferentes realidades estruturais impactam a gestão fiscal. Nesse sentido, a utilização dos dados do Siconfi, tratados de forma padronizada, permite identificar padrões de desempenho, fragilidades e boas práticas, fortalecendo a capacidade de diagnóstico e a formulação de políticas públicas mais efetivas. Tal perspectiva está em consonância com os apontamentos de Pires e Gomide (2016), para quem o fortalecimento das capacidades estatais e dos mecanismos de governança é indispensável ao aprimoramento da gestão pública local.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada quanto à natureza como descritiva, pois busca estabelecer relações entre variáveis por meio de técnicas padronizadas de coleta e observação sistemática. Nesse sentido, analisa o desempenho dos municípios em relação ao Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), oferecendo uma descrição da situação no momento da pesquisa (Farias Filho; Arruda Filho, 2021).

Quanto à abordagem metodológica, adota-se a quantitativa, pois a investigação utiliza dados numéricos extraídos do Ranking do Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), permitindo sua mensuração e interpretação objetiva. Essa abordagem, conforme Proetti (2017), busca a quantificação dos dados e a mensuração precisa de fenômenos, possibilitando análises mais consistentes e comparativas.

No que se refere ao método científico, trata-se de uma pesquisa documental, fundamentada na análise de relatórios oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como em legislações e manuais técnicos aplicáveis à contabilidade pública. Esse tipo de pesquisa consiste no exame de documentos oficiais e institucionais, permitindo ao pesquisador compreender fenômenos a partir de registros já existentes (Silva; Grigolo, 2002).

A coleta de dados nesta pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias, especificamente dos registros oficiais disponibilizados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor



Público Brasileiro (Siconfi), plataforma gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com Gil (2019), a pesquisa documental fundamenta-se na utilização de materiais que não receberam ainda tratamento analítico aprofundado, permitindo ao pesquisador reinterpretar informações à luz de um novo problema científico. Nesse sentido, os relatórios e planilhas extraídos do Siconfi se enquadram como documentos institucionais de natureza pública, fornecendo dados padronizados e validados pelo órgão central de contabilidade da União.

O instrumento de coleta consistiu na consulta sistemática à base de dados eletrônica do Siconfi, no módulo referente ao Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF). Esse índice é construído a partir de dimensões específicas: consistência, completude, conformidade e tempestividade, representando, assim, um parâmetro consolidado para avaliar a qualidade das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes federativos (Brasil, 2023). O recorte temporal delimitado para este estudo corresponde ao exercício de 2023, por refletir a situação fiscal mais atual dos municípios analisados, ao passo que a unidade de análise recai sobre os cinco municípios mais populosos de Rondônia.

A definição da unidade de análise deste estudo levou em consideração os cinco municípios mais populosos do estado de Rondônia, sendo eles Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal. A escolha desses municípios não se baseou apenas no critério demográfico, mas também em sua relevância econômica e administrativa no contexto estadual. Por concentrarem parcela significativa da população e apresentarem estruturas administrativas mais complexas, esses entes possuem maior volume de informações contábeis e fiscais encaminhadas ao Siconfi. Assim, esse recorte possibilitou uma análise mais representativa da qualidade das informações prestadas, além de garantir maior coerência com os objetivos propostos neste trabalho.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), o uso de dados secundários exige critérios rigorosos de seleção, como a confiabilidade da fonte e a atualidade da informação, de modo a assegurar a validade científica do estudo. Nesse contexto, a escolha do Siconfi justifica-se por se tratar da base oficial utilizada pelo Tesouro Nacional para monitorar a execução orçamentária e fiscal de todos os entes federativos, possuindo caráter compulsório e abrangência nacional.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas para viabilizar o tratamento e a análise comparativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a etapa de sistematização é essencial para transformar informações brutas em dados organizados, possibilitando a construção de inferências. Nesse sentido, procedeu-se à tabulação das variáveis correspondentes às quatro dimensões do ICF, bem como à consolidação dos escores atribuídos a cada município.

A análise adotada foi de natureza estatística descritiva, por meio da qual foram observadas tendências, médias e variações de desempenho entre os municípios estudados. Conforme Barbeta (2014), a estatística descritiva tem como objetivo resumir e apresentar os dados de maneira clara, permitindo identificar padrões que poderiam não ser percebidos na observação direta. Segundo o autor,



a utilização desse tipo de análise é particularmente adequada para estudos comparativos em ciências sociais aplicadas, já que possibilita destacar as semelhanças e diferenças entre as unidades observadas.

O suporte técnico para o tratamento dos dados foi realizado com auxílio de ferramentas de planilhas eletrônicas (Microsoft Excel), que permitiram a elaboração de tabelas. Esse procedimento reforça a clareza e objetividade na apresentação dos resultados, além de facilitar a interpretação por meio de recursos visuais, conforme defendem Hair et al. (2009).

A interpretação dos achados não se restringiu à descrição dos resultados, mas buscou estabelecer relações com referenciais teóricos sobre transparência, qualidade da informação contábil e gestão fiscal. Tal abordagem é compatível com o que afirma Flick (2009), para quem a análise de dados em pesquisas sociais deve articular resultados empíricos com fundamentos conceituais, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno investigado. Assim, os indicadores extraídos do ICF não foram analisados isoladamente, mas contextualizados à luz da literatura acadêmica e normativa que discute os desafios da gestão contábil e fiscal no setor público brasileiro.

Adicionalmente, utilizou-se o apoio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT na elaboração das imagens geradas a partir dos dados coletados e na organização preliminar das referências bibliográficas. Todo o conteúdo produzido pela ferramenta foi integralmente revisado pelo pesquisador, garantindo a fidelidade às informações originais, o rigor metodológico e a conformidade com as normas da ABNT.

4 RESULTADOS

4.1 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE RONDÔNIA NO RANKING DO ICF

No ICF, a Nota Geral de cada município é resultado da soma do desempenho nas quatro dimensões avaliadas pelo índice. Cada dimensão possui um conjunto próprio de indicadores, e cada indicador atribui pontos conforme o grau de atendimento ou qualidade das informações apresentadas pelo município. Assim, municípios com dados completos, coerentes, consistentes e entregues nos prazos corretos apresentam maior qualidade fiscal e contábil. Para atender ao primeiro objetivo deste trabalho: identificar a posição dos cinco municípios mais populosos de Rondônia no ranking do ICF, o quadro a seguir apresenta a posição geral desses municípios no Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) referente ao ano de 2024, acompanhada das respectivas notas alcançadas.



Quadro 3 – Desempenho dos Municípios no ICF 2024

Município	Posição no Ranking (ICF 2024)	Nota Geral (ICF 2024)
Ji-Paraná	78	168
Cacoal	187	166,217
Porto Velho	229	165,722
Ariquemes	232	165,667
Vilhena	4501	125,846

Fonte: Adaptado de SICONFI (2024).

Os resultados mostram que Ji-Paraná apresentou o melhor desempenho entre os municípios analisados, ocupando a 78ª posição no ranking nacional do ICF 2024. Em seguida aparecem Cacoal, Porto Velho e Ariquemes, com posições próximas entre si, variando entre o 187º e o 232º lugar. Por outro lado, o município de Vilhena obteve o pior desempenho do grupo, situando-se na 4501ª posição. A comparação direta evidencia uma diferença expressiva entre o melhor e o pior colocado, enquanto os demais municípios apresentam desempenho relativamente concentrado em uma faixa intermediária do ranking.

4.2 DIMENSÕES DO ICF

O segundo objetivo deste trabalho consiste em comparar o desempenho dos cinco municípios mais populosos de Rondônia nas quatro dimensões avaliadas pelo Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF). Essa etapa busca evidenciar como Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal se posicionaram, em 2024, nos diferentes critérios que compõem o índice, permitindo compreender nuances do atendimento às exigências contábeis, fiscais, de consistência e de tempestividade.

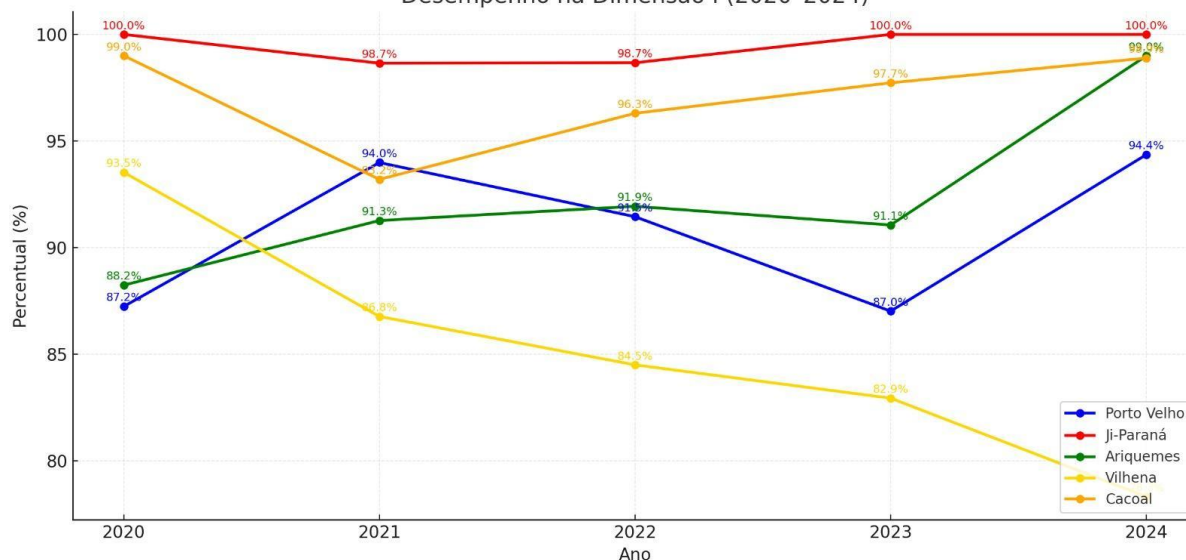
Para facilitar a interpretação dos resultados, cada dimensão é contextualizada diretamente no parágrafo introdutório que antecede o respectivo gráfico, destacando seus principais componentes e o que ela avalia no âmbito das informações enviadas ao SICONFI. A seguir, são apresentados os desempenhos registrados em cada dimensão, acompanhados de comentários sintéticos que descrevem os padrões observados entre os municípios analisados.

4.2.1 Dimensão Contábil

A Dimensão Contábil do ICF avalia a qualidade, a conformidade e a consistência das informações apresentadas pelos municípios em suas demonstrações contábeis, incluindo a estrutura dos demonstrativos, o alinhamento com as normas aplicáveis, a coerência entre registros e a completude dos dados enviados ao sistema. Nesse contexto, o gráfico a seguir apresenta as notas obtidas pelos cinco municípios mais populosos de Rondônia em 2024, permitindo visualizar, de forma direta, como cada um se posicionou no conjunto de critérios dessa dimensão.



Gráfico 1 – Desempenho dos municípios na dimensão I
Desempenho na Dimensão I (2020–2024)



Fonte:

Adaptado de SICONFI (2020 a 2024).

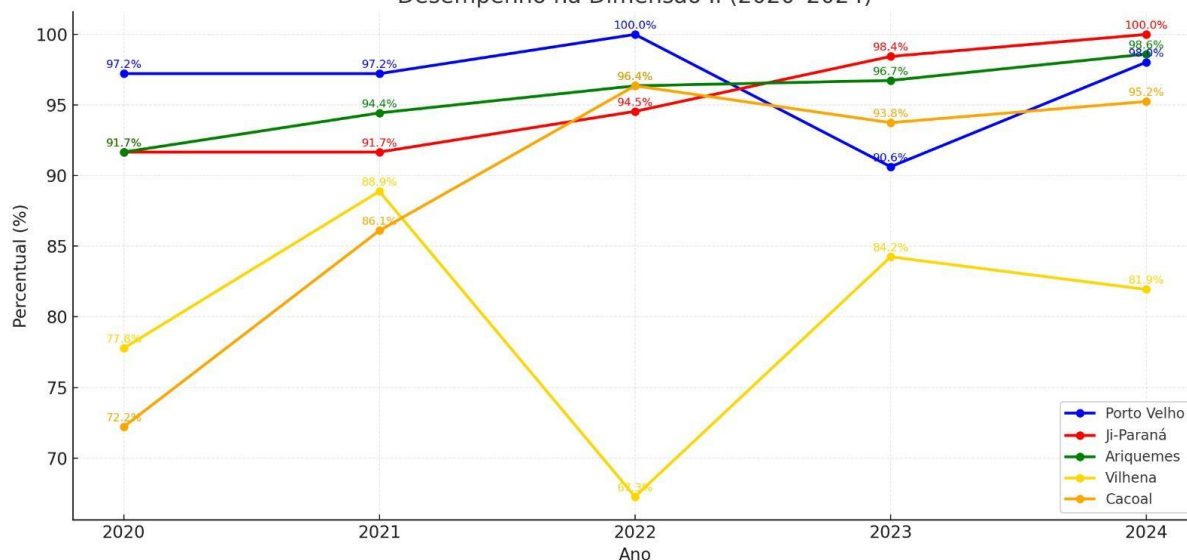
Em 2024, Ji-Paraná registrou a maior pontuação na dimensão contábil, alcançando 100%. Em seguida aparecem Ariquemes (98,99%), Cacoal (98,89%) e Porto Velho (94,36%), com desempenho próximo entre si. Vilhena apresentou a menor pontuação do grupo, com 78,32%, configurando a maior distância em relação aos demais municípios.

4.2.2 Dimensão Fiscal

A Dimensão Fiscal do ICF reúne indicadores vinculados à elaboração e divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), bem como ao cumprimento das exigências legais e ao grau de transparência das informações fiscais apresentadas pelos municípios. Essa dimensão reflete a capacidade de demonstrar, com clareza e regularidade, a execução orçamentária e fiscal ao longo do exercício. O Gráfico 2 apresenta as notas obtidas pelos cinco municípios mais populosos de Rondônia em 2024, permitindo observar, de forma comparativa, o desempenho de cada ente nesses critérios.



Gráfico 2 – Desempenho dos municípios na dimensão II
Desempenho na Dimensão II (2020-2024)



Fonte:

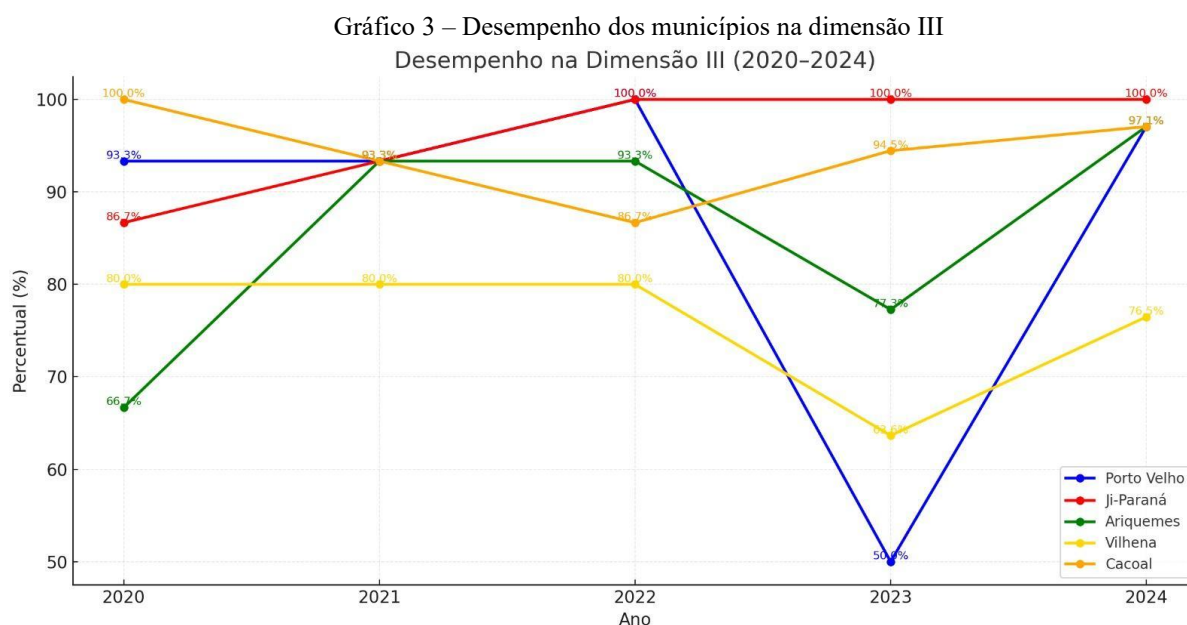
Adaptado de SICONFI (2020 a 2024).

Em 2024, Ji-Paraná obteve a maior nota na dimensão fiscal, atingindo 100%. Ariquemes aparece na sequência, com 98,61%, seguido por Porto Velho, com 98,03%. Cacoal registrou 95,25%, mantendo desempenho elevado, enquanto Vilhena apresentou a menor pontuação do grupo, com 81,94%, configurando a maior distância em relação aos demais municípios.

4.2.3 Dimensão Consistência

A Dimensão Consistência do ICF avalia o grau de coerência entre diferentes conjuntos de informações contábeis e fiscais, especialmente entre as Matrizes de Saldos Contábeis (MSC), as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e os relatórios fiscais (RREO e RGF). Essa dimensão verifica se os dados convergem entre si, sem contradições internas, assegurando que a contabilidade reflita adequadamente a execução orçamentária e financeira. O gráfico apresentado a seguir mostra as notas alcançadas pelos cinco municípios mais populosos de Rondônia em 2024, permitindo visualizar o alinhamento e a estabilidade das informações fornecidas por cada um deles.





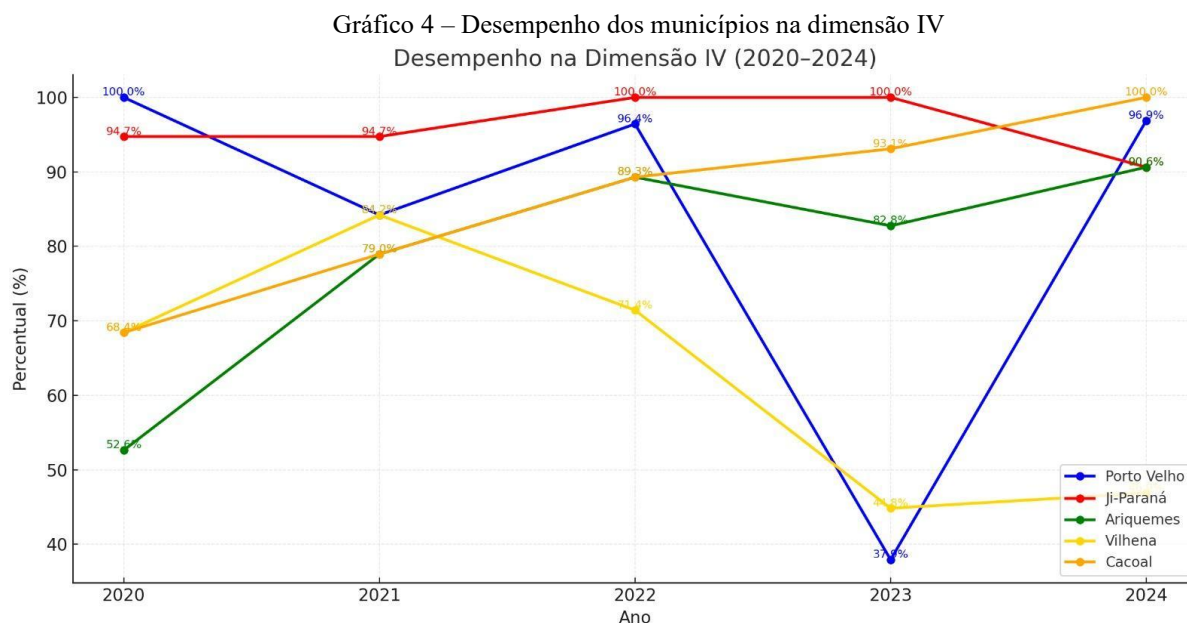
Adaptado de SICONFI (2020 a 2024).

No desempenho dessa dimensão, Ji-Paraná liderou com nota máxima (100%). Em seguida, Porto Velho, Ariquemes e Cacoal apresentaram resultados muito próximos, todos com 97,06%. Vilhena, por sua vez, obteve a menor pontuação entre os cinco municípios, registrando 76,47%, o que evidencia a maior diferença observada na dimensão Consistência em relação aos demais entes analisados.

4.2.4 Dimensão Tempestividade

A Dimensão Tempestividade do ICF avalia se os municípios entregam suas informações contábeis e fiscais dentro dos prazos estabelecidos pelo Tesouro Nacional, além de verificar a regularidade e a atualização tempestiva dos dados inseridos nos sistemas oficiais. Trata-se de uma dimensão diretamente relacionada ao cumprimento de obrigações legais e à capacidade de manter o fluxo de informações atualizado, o que impacta tanto a transparência quanto a confiabilidade dos registros. O gráfico a seguir apresenta o desempenho dos cinco municípios mais populosos de Rondônia em 2024, permitindo observar o grau de pontualidade na entrega das informações exigidas.





Adaptado de SICONFI (2020 a 2024).

Em relação a 2024, Cacoal obteve o melhor desempenho, alcançando 100% na dimensão Tempestividade. Porto Velho aparece logo em seguida, com 96,88%, demonstrando regularidade nas entregas. Ariquemes e Ji-Paraná mantiveram pontuações iguais (90,63%), figurando em um patamar intermediário, enquanto Vilhena registrou o menor resultado entre os municípios analisados, com 46,88%, evidenciando a maior diferença observada nesta dimensão.

4.3 DIFERENÇAS E PADRÕES DE DESEMPENHO: FATORES QUE IMPACTAM A QUALIDADE

4.3.1 Síntese dos Padrões Observados Entre Dimensões

A comparação das quatro dimensões do ICF permite identificar padrões relevantes entre os municípios analisados, evidenciando tanto consistências quanto oscilações no desempenho. Observa-se que alguns municípios apresentam desempenhos mais homogêneos entre as dimensões, indicando maior regularidade na conformidade das informações, aspecto alinhado aos critérios de qualidade e fidedignidade destacados pelas NBC TSP e pela Estrutura Conceitual da Contabilidade Pública.

Por outro lado, há casos em que as notas variam significativamente entre dimensões, revelando fragilidades pontuais em atributos como consistência ou tempestividade, características apontadas por Hendriksen e Breda (2019) e pelo CFC (2021) como fundamentais para uma informação útil e transparente. Além disso, verifica-se maior concentração de notas em determinadas dimensões, sugerindo que alguns requisitos técnicos são mais amplamente atendidos pelos entes, ao passo que dimensões específicas apresentam maior dispersão, refletindo desafios diferenciados no atendimento às verificações do Siconfi.



4.3.2 Identificação de Tendências e Diferenças de Desempenho

Os resultados apontam tendências que se relacionam diretamente às características estruturais e operacionais dos municípios. Em alguns casos, municípios maiores demonstram desempenho relativamente superior, o que pode estar associado a capacidades institucionais mais desenvolvidas, conforme destaca Pires e Gomide (2016) ao discutir a relação entre desenho institucional e desempenho administrativo.

Também se observa que determinadas dimensões apresentam disparidades mais acentuadas, especialmente aquelas relacionadas à consistência e ao cruzamento entre demonstrativos contábeis e fiscais, o que reforça a relevância da integração entre sistemas e procedimentos, conforme ressaltado por Slomski (2005) e pela própria lógica da MSC descrita no referencial.

Identifica-se ainda um padrão recorrente no qual a tempestividade tende a ser mais uniforme, indicando que os municípios, mesmo com diferentes portes e capacidades, têm buscado atender aos prazos estabelecidos, aspecto coerente com a função do Siconfi de padronizar e automatizar o fluxo de informações.

4.3.3 Possíveis Fatores Explicativos

Os padrões identificados permitem relacionar alguns fatores que, com base nos próprios componentes do ICF, ajudam a compreender os resultados obtidos. A maior amplitude de diferenças na dimensão de consistência, por exemplo, sugere que seus indicadores são mais sensíveis às práticas de integração contábil e fiscal, o que se relaciona aos desafios de padronização e interoperabilidade destacados por Machado e Theóphilo (2020) e Freitas e Souza (2019).

Da mesma forma, notas mais elevadas em tempestividade indicam maior regularidade no envio das declarações, alinhando-se ao papel do Siconfi como plataforma estruturada para recepção e validação contínua de dados (Brígido, 2023). Já o desempenho desigual em informações contábeis ou fiscais revela possíveis limitações técnicas e operacionais, aspecto discutido por Rezende (2020), para quem a qualificação de gestores, a infraestrutura tecnológica e a dependência de transferências influenciam diretamente a qualidade da gestão fiscal.

Cabe ainda observar que o não atendimento a determinadas verificações do Siconfi sejam elas contábeis, fiscais ou de consistência, impacta diretamente a nota final, reforçando a importância da aderência plena aos manuais oficiais, como o MCASP e o MDF.

De forma geral, os resultados permitem identificar padrões consistentes entre os municípios, revelando tanto pontos fortes quanto fragilidades na conformidade das informações enviadas ao Siconfi. As diferenças observadas refletem não apenas a variação no desempenho técnico entre as dimensões, mas também características estruturais e operacionais que influenciam a gestão fiscal local.

Durante o processo de análise, constatou-se ainda uma limitação relevante: a ausência de



justificativas para o não cumprimento de determinadas subdimensões, o que dificultou uma compreensão mais precisa das causas de alguns desempenhos inferiores. Essa falta de esclarecimento por parte das administrações municipais restringe a capacidade de aprofundar a interpretação dos dados e evidencia a necessidade de maior transparência na comunicação dos órgãos responsáveis.

Assim, o objetivo (c) demonstra que a qualidade da informação contábil e fiscal está diretamente relacionada à capacidade administrativa dos municípios, reforçando a importância de práticas de governança, padronização e integração sistêmica, conforme discutido no referencial teórico.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como propósito analisar o desempenho dos cinco municípios mais populosos de Rondônia, sendo eles, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal no Índice de Qualidade Contábil e Fiscal (ICF), considerando seus resultados gerais, as diferenças observadas entre as quatro dimensões avaliadas pelo índice e os possíveis fatores que influenciam a qualidade das informações enviadas ao Siconfi. A pesquisa possibilitou compreender, de maneira sistematizada, como esses municípios têm se posicionado no cenário nacional em termos de conformidade, consistência, tempestividade e qualidade fiscal.

Em relação ao primeiro objetivo, que consistiu em identificar a posição dos municípios no ranking do ICF, verificou-se um desempenho heterogêneo entre os entes analisados. Ji-Paraná apresentou-se como o melhor colocado, situando-se em posição de destaque no ranking nacional, enquanto Vilhena apresentou o menor desempenho, figurando em posição significativamente inferior aos demais. Essa ampla variação evidencia que, mesmo entre municípios de maior porte populacional no estado, persistem diferenças estruturais e operacionais que afetam diretamente a qualidade da informação contábil e fiscal.

Ao atender ao segundo objetivo, referente à comparação do desempenho nas quatro dimensões do ICF, observou-se que cada município apresentou padrões distintos de pontuação. Em geral, as dimensões Contábil, Fiscal e Consistência revelaram maior aproximação entre quatro dos municípios, enquanto Vilhena apresentou distanciamento mais acentuado em todas elas. Já a dimensão Tempestividade mostrou-se a mais variável, apresentando tanto desempenhos plenamente satisfatórios quanto resultados significativamente abaixo do esperado especialmente no caso de Vilhena, que obteve a menor nota em todo o conjunto de análises.

O terceiro objetivo, voltado à identificação de padrões, diferenças e possíveis fatores explicativos do desempenho, permitiu constatar que características institucionais, capacidades técnicas e condições operacionais influenciam diretamente a qualidade das informações enviadas pelos municípios. Entre os fatores com maior potencial explicativo destacam-se: a capacidade técnica das



equipes de contabilidade e finanças; o nível de integração entre os sistemas contábeis e fiscais; a aderência às normas, manuais e procedimentos oficiais; e o grau de modernização dos processos internos. Ademais, verificou-se uma limitação importante: a ausência de justificativas para o descumprimento de determinadas verificações e subdimensões, o que restringiu a compreensão mais aprofundada das causas de desempenhos inferiores em alguns municípios.

De modo geral, os resultados obtidos reforçam que a qualidade da informação contábil e fiscal está diretamente associada à capacidade administrativa dos entes municipais, incluindo elementos como governança, gestão de processos, estrutura institucional e conformidade normativa. Os achados mostram que, embora alguns municípios apresentem desempenho satisfatório e relativamente uniforme entre as dimensões, outros evidenciam fragilidades relevantes que merecem atenção por parte da gestão pública local.

Por fim, esta pesquisa contribui para o campo da administração pública ao oferecer uma análise comparativa fundamentada em dados oficiais e recentes, permitindo compreender como municípios de maior relevância populacional em Rondônia se posicionam frente aos critérios de qualidade fiscal estabelecidos nacionalmente. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam apoiar gestores públicos, pesquisadores e órgãos de controle na reflexão e no aprimoramento contínuo dos processos relacionados à produção e divulgação de informações contábeis e fiscais, fortalecendo a transparência, a responsabilidade na gestão e a confiança da sociedade nos mecanismos de governança pública.



REFERÊNCIAS

- AROM – ASSOCIAÇÃO RONDONIENSE DE MUNICÍPIOS. Estimativa populacional dos municípios de Rondônia com base em dados do IBGE (2024). Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://arom.org.br/arom-divulga-estimativa-populacional-dos-municipios-de-rondonia-com-base-em-dados-oficiais-divulgados-pelo-ibge/>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.
- BARRA DE SÃO FRANCISCO (ES). Prefeitura Municipal. Gestão municipal recebe nota A no Ranking Municipal do Tesouro Nacional. 2023. Disponível em: <https://www.pmbsf.es.gov.br/noticia/ler/4091/gestao-municipal-recebe-nota-a-no-ranking-municipal-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- BERNARDO, Carla Monique Dutra; PEREIRA, Bartolomeu Miranda; FILHO, Manoel Martins do Carmo; COSTA, André Ricardo Reis. Análise das informações contábeis e fiscais do Ranking ICF dos estados da região Norte do Brasil no período de 2019 a 2023. RevistaFT – Ciências Sociais Aplicadas, v. 28, ed. 136, jul. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/analise-das-informacoes-contabeis-e-fiscais-do-ranking-icf-dos-estados-da-regiao-norte-do-brasil-no-periodo-de-2019-a-2023/>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi: envio da DCA, RREO, RGF e MSC e acesso público. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=38>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Metodologia do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/metodologia>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN/MF nº 807, de 25 de julho de 2023. Institui o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi e o Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal para entes da Federação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-stn/mf-n-807-de-25-de-julho-de-2023-498835822>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi. Brasília: STN, 2023. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- BRÍGIDO, Julieverson Silva. Análises do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi dos municípios da Região Metropolitana de Natal – RN (2019-2021). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/6e787b90-5e75-4c1b-b6c2-273ed46c7673/content>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Brasília: CFC, 2021.



CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Siconfi é tema de debate no 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP. Brasília, set. 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/8705-siconfi-e-tema-de-debate-no-6-congresso-brasileiro-de-gestao-do-mp?highlight=WyJzaWNvbmZpIl0=>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi: análise e desafios. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FACER – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DE RONDÔNIA. Cinco maiores municípios de Rondônia representam 61,1% do PIB estadual. Porto Velho, 2019. Disponível em: <https://facer.org.br/cinco-maiores-municipios-de-rondonia-representam-611-do-pib-estadual/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. Planejamento da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522495351/pageid/75>. Acesso em: 4 set. 2025.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANK, Caroline; GOULARTE, Juliana. Qualidade da informação contábil e fiscal e sua relação com indicadores financeiros municipais. Revista de Gestão e Contabilidade, v. 16, n. 3, 2025.

FREITAS, C. A.; SOUZA, M. P. Governança de dados no setor público: desafios e perspectivas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 401-421, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Lucas Pereira; SILVA, André Luiz. Indicadores fiscais e desempenho da gestão pública municipal. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 789–808, 2022.

GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. Análise da evolução do ranking do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional. Contabilometria, Monte Carmelo, v. 13, n. 1, p. 125–138, jan.–jun. 2026. Disponível em: <http://periodicos.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/3354>. Acesso em: 22 ago. 2025.

HAIR, Joseph F. et al. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cacoal – RO. Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacoal>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação em 1º de julho de 2024. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos Municípios Brasileiros 2024. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2025.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Porto Velho – RO. Cidades@. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/porto-velho.html>. Acesso em: 8 ago. 2025.

JANSSEN, M. et al. Big and open linked data (BOLD) to create smart cities and citizens: insights from smart energy and mobility cases. *Energy Procedia*, v. 134, p. 13-22, 2017.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LEMOS, K. C.; AQUINO, A. C. B. Transparência fiscal e qualidade do gasto público: uma análise a partir de dados municipais. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 31, n. 82, p. 215-232, 2020.

LIMA, André Luiz et al. Qualidade da informação contábil e fiscal no setor público brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2024.

LIMA, Diana Vaz de; REIS, Celina Costa Lima dos; FIALHO, Gustavo Ferreira; NEVES, Rodrigo Pereira. Desempenho dos municípios brasileiros nas dimensões do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal e a percepção dos profissionais contábeis sobre o tema. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 16, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n2id32066>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MACHADO, J. L.; PEREIRA, R. M. Desafios da análise de dados no setor público: integração, qualidade e uso da informação. *Cadernos de Administração Pública*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 55-78, 2021.

MACHADO, Nelson; PEREIRA, José Matias. Governança, transparência e qualidade da informação contábil e fiscal no setor público brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 4, p. 987-1005, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Edmilson. O papel da contabilidade na administração pública. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 379–387, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6510/2520>. Acesso em: 16 dez. 2025. PIRES, R.; GOMIDE, A. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-23, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 3 set. 2025.

RIBEIRO, Marcelo Silva et al. Análise das demonstrações contábeis como instrumento de avaliação da gestão pública municipal. *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2023.



REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre políticas públicas e o IDH dos municípios do Estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001524378>. Acesso em: 29 ago. 2025.

REZENDE, F. A. *Finanças públicas: problemas, desafios e perspectivas*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Dez municípios concentram mais de 74% do Produto Interno Bruto de Rondônia. Porto Velho, 2016. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/dez-municipios-concentram-mais-de-70-do-produto-interno-bruto-de-rondonia/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). PIB dos municípios de Rondônia – 2020. Porto Velho, 2020. Disponível em: https://observatorio.sepog.ro.gov.br/Uploads/PIB/PIB_Munic_2020.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

SANTOS, Fernanda Luiza dos; CORONEL, Daniel Arruda. As normas e a qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC. *Revista NECAT*, v. 13, n. 25, p. 88–108, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/7750>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, E. L.; GRIGOLO, T. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75833>. Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, Maysa Alves Correa; SOARES, Cíntia Siqueira Araújo; BARBOSA NETO, João Estevão. Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos nos municípios. *Ambiente Contábil*, Natal, v. 17, n. 1, p. 330–347, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/35441>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SLOMSKI, Valmor. *Accountability e governança no setor público: o papel da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2005.

TESOURO NACIONAL. Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi. Portaria STN/MF nº 807, de 25 de julho de 2023. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Diretrizes de transparência e governança no setor público*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2025.

